



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA – UAST
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Erika Marcelly da Costa Pereira

**A influência da educação financeira nas decisões de investimento de jovens
trabalhadores vinculados a regimes de previdência complementar**

Serra Talhada
2026

ERIKA MARCELLY DA COSTA PEREIRA

**A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS
DECISÕES DE INVESTIMENTO DE JOVENS
TRABALHADORES VINCULADOS A REGIMES DE
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Ciências Econômicas da Universidade
Federal Rural de Pernambuco, como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Adelson Santos da Silva

SERRA TALHADA
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Danilo Trindade Barbosa – CRB-4 002285/O

P436i Pereira, Erika Marcelly da Costa.

A influência da educação financeira nas decisões de investimento de jovens trabalhadores vinculados a regimes de previdência complementar / Erika Marcelly da Costa Pereira. – Serra Talhada, 2026.
40 f.; il.

Orientador(a): Adelson Santos da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica Serra Talhada - UAST, Bacharelado em Ciências Econômicas, Serra Talhada, BR-PE, 2026.

Inclui referências.

1. Educação financeira. 2. Previdência privada. 3. Economia comportamental. 4. Finanças pessoais I. Silva, Adelson Santos da, orient. II. Título

CDD 330

Erika Marcelly da Costa Pereira

A influência da educação financeira nas decisões de investimento de jovens trabalhadores vinculados a regimes de previdência complementar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 21/07/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adelson Santos da Silva

Orientador

Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UFRPE

Profa. Dra. Everlândia de Souza Silva

Examinadora

Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UFRPE

Profa. Mrs. Loraine Meneses dos Santos

Examinadora

Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UFRPE

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de chegar até aqui, por ter me dado força em todos os momentos e por ter me ajudado a não desistir todas as vezes em que tive vontade de largar tudo e voltar para casa. À minha família, expresso minha mais profunda gratidão pelo apoio, incentivo, orações e palavras de encorajamento. Pai, mãe, mano, cunhada e sobrinho, vocês foram fundamentais para que eu pudesse seguir em frente e chegar até aqui. Sinto que não atendi às expectativas de vocês e tampouco às minhas, mas eu os amo incondicionalmente.

Faço um agradecimento especial à memória da minha irmã Fernanda da Costa Teixeira, que sempre acreditou em mim e teve orgulho da minha trajetória. Sua lembrança permanece viva em meu coração e continua sendo uma fonte de força, inspiração e motivação para que eu nunca desista dos meus objetivos.

Ao meu namorado, agradeço pela paciência, companheirismo, apoio emocional e incentivo constante durante toda esta jornada. Sua presença foi essencial para que eu encontrasse equilíbrio e coragem para continuar. Obrigada por não ter largado minha mão mesmo nos momentos mais difíceis; você foi o melhor presente que a universidade me deu.

Aos meus professores Felipe Reis, Loraine Meneses, Everlândia Silva, Diego Pitta e, em especial, ao meu orientador, Adelson Santos, agradeço pelos conhecimentos compartilhados, pela orientação e pela contribuição para minha formação acadêmica. Que Deus abençoe grandemente a vida de vocês.

Agradeço também ao seu Marcelo e à Suzy, do apoio didático, por todas as vezes em que precisei de um lugar para estudar e eles prontamente disponibilizaram alguma sala, e pelas conversas que deixavam o meu dia mais leve e tranquilo. Ao NACES, agradeço pela oportunidade de atuar como tutora; foi uma experiência enriquecedora, que proporcionou não apenas aprendizado acadêmico e profissional, mas, sobretudo, crescimento humano.

Resumo

Este estudo busca analisar a influência da educação financeira nas decisões de investimento de jovens trabalhadores brasileiros vinculados a regimes de previdência complementar, considerando a importância do planejamento financeiro de longo prazo diante dos desafios da sustentabilidade do sistema previdenciário público. Para a análise empírica, foram empregados modelos econométricos de escolha discreta, incluindo modelos Probit e Probit multinomial. Os resultados indicam que a educação financeira não apresentou associação estatisticamente significativa com a adesão à previdência complementar, não corroborando a hipótese inicial do estudo. Em contrapartida, variáveis estruturais, como a renda e a escolaridade, mostraram-se determinantes relevantes para a participação em produtos previdenciários. Embora o conhecimento financeiro contribua para práticas de organização financeira imediata, as decisões de planejamento previdenciário de longo prazo permanecem fortemente condicionadas por fatores socioeconômicos. O estudo tem o intuito de contribuir para a literatura nacional ao aprofundar a compreensão da relação entre educação financeira e comportamento previdenciário entre jovens trabalhadores brasileiros, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação financeira e à inclusão previdenciária.

Palavras-chave: educação financeira; previdência complementar; letramento financeiro; economia comportamental; hipótese do ciclo de vida.

Abstract

This study seeks to analyze the influence of financial education on the investment decisions of young Brazilian workers enrolled in supplementary pension plans, considering the importance of long-term financial planning in light of the sustainability challenges facing the public pension system. For the empirical analysis, discrete choice econometric models were employed, including Probit and Multinomial Probit models. The results indicate that financial education did not show a statistically significant association with adherence to supplementary pension plans, thus not corroborating the study's initial hypothesis. In contrast, structural variables, such as income and educational attainment, proved to be relevant determinants for participation in pension products. Although financial knowledge contributes to immediate financial organization practices, long-term pension planning decisions remain heavily conditioned by socioeconomic factors. The study aims to contribute to the national literature by deepening the understanding of the relationship between financial education and pension behavior among young Brazilian workers, providing insights for the development of public policies aimed at financial education and pension inclusion.

Keywords: financial education; supplementary pension; financial literacy; behavioral economics; life-cycle hypothesis.

Lista de abreviaturas e siglas

ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
BCB	Banco Central do Brasil
DP	Desvio-padrão
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FENAPREVI	Federação Nacional de Previdência Privada e Vida
FGV	Fundação Getúlio Vargas
HCV	Hipótese do Ciclo de Vida
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFE	Rede Internacional de Educação Financeira
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar

Lista de tabelas

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico da amostra	24
Tabela 2 – Indicadores de comportamento financeiro e previdência	25
Tabela 3 – Posse de previdência complementar por faixa de renda	26
Tabela 4 – Determinantes da posse de previdência complementar (modelo Probit) . . .	27
Tabela 5 – Modelos comportamentais e engajamento financeiro ativo (modelos Probit)	28
Tabela 6 – Escolhas de investimento dos jovens (modelo Probit multinomial)	30

Sumário

	Lista de tabelas	7
1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	Teoria de fundo: a hipótese do ciclo de vida	11
2.2	Evidências gerais da relação entre educação financeira e previdência . .	13
2.3	Evidências da relação educação financeira x previdência no brasil	14
2.4	A sensibilidade da relação e a visão da literatura	15
3	METODOLOGIA	17
3.1	Estratégia econométrica	17
3.2	Modelo 2: probit multinomial	19
3.3	Dados e definição das variáveis	20
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
4.1	Estatísticas descritivas e perfil da amostra	23
4.2	A ilusão da previdência: o peso da renda sobre o longo prazo	26
4.3	Impactos da educação financeira sobre o comportamento de curto prazo	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	36

1 Introdução

O sistema previdenciário público brasileiro tem sido objeto de debates, sobretudo em razão de sua sustentabilidade no longo prazo, o que acaba gerando incertezas. Diante desse cenário, o planejamento financeiro individual torna-se cada vez mais importante. Essa problemática afeta especialmente os jovens adultos que, segundo a FGV e o Banco Central, estão na faixa etária de 18 a 35 anos e no início da sua formação patrimonial e da tomada de decisões previdenciárias. Em meio à crescente oferta de previdência complementar no mercado, torna-se necessário compreender como esses jovens tomam decisões sobre produtos financeiros. Analisar os determinantes dessas escolhas é um passo para gerar evidências empíricas capazes de auxiliar a formulação de políticas públicas mais realistas e eficientes.

Investigando esses determinantes, identifica-se um paradoxo estrutural no mercado previdenciário brasileiro. Por um lado, o setor exhibe expressiva robustez macroeconômica: dados da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) indicam que, em junho de 2024, o patrimônio total do segmento alcançou R\$ 2,83 trilhões (equivalente a cerca de 25% do PIB). Desse montante, R\$ 1,30 trilhão estava sob gestão de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), viabilizando o pagamento de mais de R\$ 100 bilhões a aproximadamente 957 mil assistidos naquele ano. Por outro lado, essa solidez financeira contrasta com a baixa capilaridade social do sistema. A Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi) aponta que apenas 7,2% da população possui algum plano complementar, uma taxa de adesão que se mostra ainda mais incipiente entre o público jovem.

A sub-representação desse grupo etário reflete uma combinação de restrições orçamentárias e lacunas informacionais. Do ponto de vista da renda, o início da trajetória profissional impõe limitações severas: segundo a PNAD Contínua (FGV/IBGE) do primeiro trimestre de 2024, o rendimento médio da faixa de 15 a 29 anos situou-se em R\$ 1.726, patamar substancialmente inferior à média nacional de R\$ 3.123 da população ocupada (FEIJÓ; PERUCHETTI, 2024). Além da barreira da renda, há um evidente déficit de engajamento financeiro. A 8ª edição do "Raio X do Investidor Brasileiro" (ANBIMA, 2024) indica que apenas 34% dos jovens (16 a 27 anos) investem regularmente.

Em consonância, levantamentos da Fecomércio RN (2023) indicam que 75% da Geração Z não realiza preparo financeiro para a aposentadoria, e somente 21% aplicam em previdência privada. Esse comportamento alinha-se às deficiências sistêmicas apontadas pelo Monitor de Inclusão Financeira do Banco Central (2023): embora o índice de letramento entre jovens de 16 a 24 anos seja de 64,5, apenas 14,3% dos brasileiros dominam cálculos básicos de juros simples.

Dentro desse contexto, a educação financeira é reconhecida como um instrumento importante para o desenvolvimento da cidadania e a promoção da inclusão social e econômica, ela capacita os indivíduos a lidar com suas finanças pessoais de forma consciente e responsável, promovendo decisões mais seguras em relação ao uso do dinheiro, crédito, investimentos e planejamento futuro. Conforme o Banco Central do Brasil (2023), “educação financeira é o processo mediante o qual consumidores e investidores melhoram a sua compreensão sobre

produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança necessárias para se tornarem mais cientes dos riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas baseadas em informação, saber onde procurar ajuda e realizar outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro”. Nesse sentido, a educação financeira busca formar consumidores mais preparados para enfrentar os desafios financeiros cotidianos, contribuindo também para a estabilidade do sistema financeiro como um todo.

Ademais, a análise desse processo decisório requer a incorporação do letramento financeiro como variável explicativa. Segundo o Global Financial Literacy Center, 66% dos adultos brasileiros enquadram-se na condição de analfabetismo financeiro (KLAPPER; LUSARDI; OUDHEUSDEN, 2015). Considerando esse déficit, investigar o nível de conhecimento financeiro dos jovens e mensurar sua influência nas escolhas previdenciárias é uma etapa necessária para identificar lacunas informacionais. Os resultados dessa investigação visam oferecer subsídios técnicos para que gestores de entidades de previdência, órgãos reguladores e instituições educacionais estruturem ações baseadas em evidências, direcionadas à promoção da educação financeira e à consolidação da cultura previdenciária.

Estudos apontam que o nível de conhecimento financeiro influencia significativamente as decisões de investimento e o planejamento para a aposentadoria. Biaty e Afonso (2017) observaram que participantes de entidades fechadas de previdência complementar com maior conhecimento financeiro apresentaram maior propensão à poupança previdenciária. De maneira semelhante, Souza e Gosmann (2024) identificaram que a falta de informação é uma barreira relevante para a adesão de jovens à previdência privada. No cenário internacional, Lusardi e Mitchell (2011) destacam que a educação financeira é relevante para o bem-estar na aposentadoria, uma vez que indivíduos mais instruídos financeiramente tendem a planejar melhor e acumular mais recursos para o futuro.

Diante disso, o estudo busca investigar a relação entre a educação financeira e o comportamento de poupança, avaliando se esse conhecimento atua como um fator determinante para a probabilidade de adesão a planos de previdência complementar, controlando-se por variáveis socioeconômicas como renda, escolaridade e gênero. Com isso, contribui para o conhecimento sobre como o letramento financeiro exerce efeito nas decisões de investimento de longo prazo dos jovens trabalhadores no Brasil.

Para construir essa análise, é importante observar o nível de conhecimento financeiro dos jovens trabalhadores vinculados a regimes de previdência complementar e verificar quais fatores influenciam as decisões de jovens ao investir em previdência complementar.

Para atingir os objetivos propostos e buscar dar respostas à problemática levantada, esta pesquisa encontra-se estruturada e sistematizada em cinco seções principais. Além desta Introdução, a segunda seção apresentará o Referencial Teórico, no qual serão discutidos a teoria de fundo da Hipótese do Ciclo de Vida (HCV), as evidências empíricas da relação entre educação financeira e previdência, bem como as contribuições das finanças comportamentais.

Em seguida, a terceira seção detalhará a metodologia utilizada, descrevendo a abordagem estritamente quantitativa da pesquisa, a base de microdados adotada ("Raio X do Investidor Brasileiro") e os modelos econométricos de escolha discreta empregados. A quarta seção será dedicada aos Resultados e à Discussão, cruzando os dados empíricos obtidos e os efeitos marginais estimados com a literatura revisada para avaliar a validação da hipótese. A quinta seção exporá as Considerações Finais, sintetizando as conclusões do estudo, suas limitações e sugestões para futuras investigações acadêmicas e políticas públicas.

2 Referencial teórico

Para a construção do embasamento teórico e conceitual que sustenta a análise das decisões de investimento dos jovens trabalhadores, é importante compreender a dinâmica que envolve o planejamento para a aposentadoria. Essa discussão é estruturada a partir da análise da teoria econômica clássica de poupança, avançando para as contribuições das finanças comportamentais e para o papel da educação financeira como variável moderadora desse processo. Inicialmente, apresenta-se a Hipótese do Ciclo de Vida (HCV) como o modelo normativo de comportamento intertemporal, detalhando suas premissas matemáticas e econômicas, bem como os limites de sua aplicação prática diante do comportamento real dos indivíduos.

2.1 Teoria de fundo: a hipótese do ciclo de vida

A base teórica para a compreensão das decisões intertemporais de consumo e poupança dos indivíduos é a Hipótese do Ciclo de Vida (HCV), desenvolvida por Franco Modigliani e seus colaboradores, como Richard Brumberg e Albert Ando, a partir da década de 1950 (MODIGLIANI; BRUMBERG, 1954). Esta teoria representa uma evolução fundamental da função de consumo keynesiana, que atrelava o consumo primordialmente à renda corrente. A HCV, em contrapartida, postula que os indivíduos são agentes racionais e previdentes, que buscam maximizar sua utilidade ao longo de toda a vida, e não apenas no presente.

A lógica central da teoria é a suavização do consumo (consumption smoothing). Indivíduos racionais antecipam que sua renda não será constante ao longo da vida. Tipicamente, a renda é mais baixa no início da carreira, atinge um pico na meia-idade e cessa ou diminui drasticamente na aposentadoria. Para evitar flutuações bruscas no seu padrão de consumo e manter um nível de bem-estar estável, os indivíduos tomam decisões estratégicas de poupança e despoupança. Durante a fase produtiva da vida, quando a renda excede o consumo desejado, eles acumulam riqueza. Essa riqueza acumulada é, então, sistematicamente consumida (despoupada) durante a aposentadoria para sustentar o padrão de vida na ausência de renda do trabalho (BROWNING; CROSSLEY, 2001).

Para formalizar essa intuição, podemos expressar tal teoria de maneira matemática, a partir das seguintes premissas: Um indivíduo planeja sua vida por um total T de anos, ele trabalha durante N anos e fica aposentado por R anos, onde $T = N + R$, ele começa a vida com uma riqueza inicial W_0 , ele recebe uma renda anual constante Y durante seus anos de trabalho (N) e nenhuma renda durante a aposentadoria (R), o indivíduo não deseja deixar herança (riqueza final

igual a zero), a taxa de juros e a inflação são zero ($r = 0$) e o consumo total ao longo da vida deve ser igual aos recursos totais, como indicado abaixo:

$$\sum_{t=1}^T C_t = W_0 + \sum_{t=1}^N Y_t \quad (2.1)$$

Com base nessas premissas, obtemos a solução do problema de otimização. Para suavizar o consumo, o indivíduo desejará consumir a mesma quantidade em todos os períodos ($C_1 = C_2 = \dots = C_T = C$). Como a renda anual do trabalho é constante durante os N anos de vida ativa ($Y_t = Y$), substituindo na restrição orçamentária intertemporal, tem-se:

$$T \cdot C = W_0 + N \cdot Y \quad (2.2)$$

Resolvendo para C , temos:

$$C = \frac{W_0 + N \cdot Y}{T} = \frac{W_0 + N \cdot Y}{N + R} \quad (2.3)$$

Esta equação descreve como o indivíduo racional define seu consumo anual dividindo todos os seus recursos de vida pelo número de anos que espera viver.

Esse comportamento gera um perfil de riqueza individual em formato de "corcunda" (hump-shaped): a riqueza é baixa na juventude, cresce durante a vida ativa e decresce na velhice (JAPPELLI, 2005). A principal motivação para poupar, segundo a HCV, é precisamente essa necessidade de transferir recursos do "eu" mais jovem e produtivo para o "eu" mais velho e aposentado.

A teoria de Modigliani, como aponta Deaton (2005), possui implicações macroeconômicas que não são meras extrapolações do comportamento individual. A HCV prevê que a taxa de poupança agregada de uma nação não depende do seu nível de renda per capita, mas sim da sua taxa de crescimento econômico (seja por crescimento populacional ou de produtividade). Em uma economia em crescimento, a geração mais jovem (poupadores) é mais numerosa ou possui uma renda maior que a geração mais velha (despoupadores), resultando em uma poupança líquida positiva no agregado. Em uma economia estagnada, a poupança dos jovens seria anulada pela despoupança dos idosos, resultando em uma taxa de poupança próxima de zero.

A Hipótese do Ciclo de Vida (HCV) é a âncora fundamental para esta pesquisa, pois fornece a lógica normativa que justifica a própria existência da previdência complementar. Ao postular que indivíduos racionais poupam durante seus anos produtivos para manter o padrão de consumo na aposentadoria, a HCV propõe o comportamento esperado para o público-alvo deste estudo: os jovens trabalhadores. A adesão a um plano de previdência complementar é, em essência, a materialização da estratégia de suavização de consumo preconizada por Modigliani. O plano de previdência não é apenas um produto financeiro, mas o principal veículo por meio do qual um jovem trabalhador pode executar, na prática, o planejamento intertemporal descrito pela teoria.

No entanto, é importante ressaltar que a teoria assume um agente racional com capacidade de planejamento, o que a literatura subsequente, especialmente no campo das finanças comportamentais, questiona, argumentando que fatores como conhecimento limitado, vieses psicológicos e falta de autocontrole podem impedir os indivíduos de agirem conforme o modelo prevê (DEATON, 2005). É nesse ponto que a educação financeira se torna uma variável relevante, atuando como um possível mecanismo para aproximar o comportamento real dos indivíduos do comportamento ótimo preconizado pela Hipótese do Ciclo de Vida.

Considerando essas limitações da HCV, a presente pesquisa parte da lacuna existente entre o agente idealizado pela teoria e o comportamento observado na prática. Enquanto a teoria assume plena racionalidade, conhecimento e disciplina, a realidade decisória é frequentemente marcada por viés cognitivo, miopia temporal, procrastinação e uma compreensão limitada dos complexos produtos de investimento oferecidos nos planos de previdência. É precisamente aqui que a educação financeira emerge como a variável-chave. Ela funciona como a ponte crucial entre a prescrição teórica da HCV e a prática observada, capacitando o jovem a superar as barreiras comportamentais e a tomar decisões que se alinhem com seus objetivos de longo prazo.

Assim, este estudo utiliza a Hipótese do Ciclo de Vida não como um modelo a ser provado, mas como um benchmark normativo. A pesquisa investiga como as decisões de investimento dos jovens trabalhadores, tais como a escolha do perfil de risco, a regularidade das contribuições e a alocação de ativos dentro do plano de previdência, se aproximam ou se desviam do comportamento ótimo de acumulação de riqueza previsto pela HCV. A hipótese central é que um maior nível de educação financeira reduzirá esse desvio, tornando os jovens mais aptos a utilizar eficazmente os regimes de previdência complementar como ferramentas para, de fato, concretizar o ciclo de vida de poupança e consumo planejado que a teoria originalmente propôs.

2.2 Evidências gerais da relação entre educação financeira e previdência

A literatura acadêmica, tanto nacional quanto internacional, tem consistentemente apontado para uma correlação positiva entre o nível de educação financeira dos indivíduos e sua propensão a planejar e poupar para a aposentadoria. A educação financeira é definida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como o processo pelo qual os indivíduos melhoram sua compreensão sobre produtos e conceitos financeiros, desenvolvendo habilidades para tomar decisões informadas que melhorem seu bem-estar (BIATY; AFONSO, 2017).

Lusardi e Mitchell (2011) apontam que a alfabetização financeira é um determinante crucial para o planejamento da aposentadoria. Indivíduos com maior conhecimento sobre conceitos como juros compostos, inflação e diversificação de risco tendem a planejar mais, a participar de planos de previdência e a acumular mais riqueza para o futuro. Seus estudos, aplicados em vários países, sugerem um baixo nível de letramento financeiro em escala global, o que impacta diretamente a segurança previdenciária das populações.

Internacionalmente, estudos como o de Othman et al. (2024) na Malásia e Babic e Zarić

(2024) na Sérvia reforçam essa visão, apontando a alfabetização financeira e o nível de educação formal como preditores significativos do planejamento para a aposentadoria e da participação em fundos de pensão voluntários, respectivamente. Os achados na literatura são consistentes no sentido de que a educação financeira transcende a mera aquisição de conhecimento, posicionando-se como um pilar fundamental para a construção de um futuro financeiramente seguro. A consistência dos resultados em diferentes contextos socioeconômicos, como apresentam os estudos nos Estados Unidos, na Malásia e na Sérvia, sublinha a universalidade dessa relação. Entende-se que a capacitação dos indivíduos para compreender e navegar no universo financeiro é uma estratégia indispensável para fomentar o planejamento previdenciário e, consequentemente, promover a estabilidade e o bem-estar na aposentadoria.

2.3 Evidências da relação educação financeira x previdência no Brasil

No contexto brasileiro, a pesquisa de Biaty e Afonso (2017), ao analisar os participantes de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), corrobora os achados internacionais. Os autores observaram que os participantes com maior conhecimento financeiro apresentaram maior propensão à poupança previdenciária. Aqueles classificados como "totalmente preocupados" com a aposentadoria foram os que obtiveram as melhores notas em questões de conhecimento financeiro, em contraste com aqueles com perfil de "consumo imediato". Este estudo ganha relevância por analisar um público que, teoricamente, já demonstraria interesse no tema ao aderir a um plano de previdência, e ainda assim encontra diferenças significativas baseadas no nível de conhecimento.

De forma complementar, Vieira et al. (2023) traçam um panorama abrangente da preparação para a aposentadoria no Brasil. Os resultados mostram que a maioria dos brasileiros possui uma preparação financeira baixa ou muito baixa, e três em cada quatro brasileiros sequer pararam para pensar em quanto precisam economizar para a aposentadoria. O estudo reforça que, embora muitos contribuam para o sistema público, o planejamento ativo para uma previdência complementar ainda é incipiente, apontando a necessidade de intervenções que promovam a cultura previdenciária.

Na mesma perspectiva, Souza e Gosmann (2024) identificam a falta de informação como uma barreira relevante para a adesão à previdência privada no Brasil, alinhando-se à tese central de que a educação financeira é um fator facilitador. Assim, a análise do cenário brasileiro mostra um quadro adverso, mas alinhado às tendências globais, em que a preparação para a aposentadoria é diretamente influenciada pelo grau de educação financeira. Os estudos de Biaty e Afonso (2017), Vieira et al. (2023) e Souza e Gosmann (2024) compõem um diagnóstico coeso: mesmo entre indivíduos já inseridos em planos de previdência, o conhecimento dita o comportamento de poupança, enquanto para a população geral, a falta de planejamento e de informação se impõe como barreiras. Logo, a promoção da educação financeira pode constituir um instrumento relevante para ampliar a preparação previdenciária e fortalecer a segurança econômica dos futuros aposentados no Brasil.

2.4 A sensibilidade da relação e a visão da literatura

Apesar do consenso sobre a existência de uma correlação, a literatura também investiga a sensibilidade e a natureza dessa relação. Não se trata de uma simples equação na qual mais conhecimento leva automaticamente a maior poupança. A eficácia da educação financeira é mediada por diversos fatores socioeconômicos e comportamentais.

Biaty e Afonso (2017), por exemplo, alertam que o alto índice de acertos em seu questionário pode estar relacionado ao perfil da amostra, composta majoritariamente por indivíduos com salários e níveis educacionais mais elevados. Isso sugere que a relação entre conhecimento e ação pode ser mais forte em estratos sociais mais altos, que já dispõem dos recursos (renda) e do capital humano (educação formal) que facilitam o planejamento financeiro. Da mesma forma, Vieira et al. (2023) identificam que variáveis como gênero, raça, escolaridade e renda são determinantes na capacidade de preparação para a aposentadoria, indicando que grupos estruturalmente mais vulneráveis enfrentam barreiras que a educação financeira, por si só, pode não ser capaz de superar.

A economia comportamental acrescenta uma camada adicional de complexidade. Autores como Deaton (2005) e Jappelli (2005), ao revisarem a HCV, incorporam os desafios impostos por vieses como a miopia e a procrastinação. Richard Thaler, um dos expoentes da área, argumenta que os indivíduos frequentemente tomam decisões que privilegiam a satisfação imediata em detrimento do bem-estar futuro, um fenômeno conhecido como “desconto hiperbólico” (THALER; SUNSTEIN, 2012). Isso explica por que muitos, mesmo cientes da importância de poupar, adiam o início do planejamento. O estudo de Babic e Zarić (2024) aplica diretamente o modelo de Thaler e indica que as pessoas tendem a contribuir com valores maiores para fundos de pensão somente quando se aproximam da aposentadoria, e não durante seus anos mais produtivos.

Assim, a relação entre educação financeira e previdência não depende apenas do conhecimento, mas também da “arquitetura de escolha”. A literatura comportamental sugere que, além de educar, é preciso criar mecanismos (os chamados nudges ou “empurrões”) que facilitem a decisão correta, como a adesão automática a planos de previdência, por exemplo. A sensibilidade da relação é alta: ela é influenciada pela renda, pela educação formal e por fortes vieses comportamentais que podem neutralizar os efeitos do conhecimento adquirido.

Diante dessa multifatorialidade, torna-se importante analisar como essas barreiras e vieses se manifestam na prática na realidade dos jovens trabalhadores. Sendo a juventude uma fase desafiadora para o início da acumulação de patrimônio para a aposentadoria, devido ao longo horizonte de tempo que potencializa os efeitos dos juros compostos, esse grupo é paradoxalmente o mais afetado por desafios específicos que influenciam negativamente o comportamento de poupança.

A literatura aponta diversas características do padrão de comportamento de poupança dos jovens. A pesquisa “Raio X do Investidor Brasileiro” da ANBIMA (2024), mencionada na introdução, registra que os jovens de 16 a 27 anos possuem a menor taxa de investimento regular entre as faixas etárias. Da mesma forma, a pesquisa da Fecomércio RN (2019) aponta que 75 %

da Geração Z (nascidos entre meados dos anos 1990 e início dos anos 2010) não realiza qualquer preparo para a aposentadoria, indicando uma cultura previdenciária ainda frágil nesse grupo.

A renda é, talvez, o fator mais determinante para a baixa poupança entre os jovens. Estando no início de suas carreiras, eles geralmente possuem salários mais baixos e menor estabilidade profissional. Dados da PNAD Contínua mostram que a renda média de um jovem entre 15 e 29 anos é significativamente inferior à da população ocupada em geral (FEIJÓ; PERUCHETTI, 2024). A hipótese do Ciclo de Vida prevê que, em fases de renda mais baixa, a poupança também será menor. O estudo de Vieira et al. (2023) identifica essa relação no Brasil, mostrando que jovens e indivíduos de baixa renda formam o perfil menos capaz de se preparar para a aposentadoria. Fatores comportamentais e psicológicos também desempenham um papel crucial. A percepção de que a aposentadoria é um evento muito distante torna os jovens particularmente suscetíveis à miopia e à procrastinação, fazendo com que a urgência de despesas presentes — como educação, moradia e consumo social — se sobreponha ao planejamento de longo prazo. O estudo de Othman et al. (2024) vai ao encontro dessa perspectiva ao identificar a “clareza de objetivos” (goal clarity) como principal fator associado ao planejamento para a aposentadoria, algo que muitos jovens ainda não possuem.

Embora os artigos mencionados não se aprofundem em uma análise regional para o Brasil, a literatura internacional sugere que diferenças geográficas podem influenciar os níveis de conhecimento e comportamento financeiro. É plausível supor que jovens de regiões economicamente menos desenvolvidas no Brasil enfrentam barreiras adicionais, como menor acesso à informação e a produtos financeiros, além de possuírem, em média, rendas mais baixas. O nível educacional é importante, como já discutido; há uma forte correlação entre educação formal e educação financeira. Estudos como o de Babic e Zarić (2024) e o de Vieira et al. (2023) no Brasil mostram que níveis mais altos de escolaridade estão associados a maior planejamento e investimento, enquanto a baixa educação tem um impacto negativo. Jovens que ainda não completaram o ensino superior ou vêm de contextos com menor capital educacional familiar tendem a ter menos acesso e compreensão sobre produtos de investimento complexos, como a previdência complementar. Em suma, o comportamento de poupança dos jovens é moldado por uma confluência de restrições de renda, nível de capital humano e viés comportamental que, combinados, criam um cenário desafiador para a adesão à previdência complementar.

A literatura permite traçar um panorama claro do conhecimento atual. Modigliani e Brumberg (1954) desenvolveram a base teórica, explicando por que indivíduos racionais deveriam poupar para a aposentadoria. Lusardi e Mitchell (2011), por sua vez, demonstraram empiricamente a importância da alfabetização financeira como um fator que influencia essa decisão em escala global. No Brasil, Biaty e Afonso (2017) aplicaram essa investigação ao contexto específico de fundos de pensão, encontrando correlações positivas entre conhecimento e poupança previdenciária, enquanto Vieira et al. (2023) mapearam a baixa preparação financeira da população brasileira em geral, identificando os jovens como um dos grupos mais vulneráveis. Finalmente, a literatura de economia comportamental, representada por autores como Thaler e

Sunstein (2012), acrescentou uma camada de complexidade, mostrando que vieses psicológicos podem impedir que o conhecimento se traduza em ação.

Contudo, ao analisar o conjunto desses trabalhos, emerge uma lacuna significativa na literatura, especialmente a brasileira: a maioria dos estudos existentes é de natureza exploratória ou descritiva. Eles são eficazes em apresentar as características dos indivíduos que poupam (ou não poupam), em medir os níveis de conhecimento financeiro e em estimar correlações entre variáveis. Ou seja, a literatura nos diz quem poupa, quanto se poupa e quais fatores (renda, escolaridade, etc.) estão associados a esse comportamento.

O que ainda não foi capturado, de forma robusta para o público jovem no Brasil, é a relação causal entre a educação financeira e a decisão de investir em previdência complementar. Os estudos mostram que jovens com mais educação financeira tendem a poupar mais, mas não conseguem isolar o efeito da educação de outros fatores que podem ser a verdadeira causa, como o nível de renda, a educação formal dos pais ou traços de personalidade como a paciência e o autocontrole.

3 Metodologia

Para investigar a influência da educação financeira nas decisões de investimento em previdência complementar por jovens trabalhadores, esta pesquisa empregou uma abordagem quantitativa. A estratégia empírica foi baseada em modelos econométricos de escolha discreta, adequados para analisar variáveis dependentes de natureza binária ou categórica, como a decisão de aderir ou não a um plano de previdência (WOOLDRIDGE, 2010). O desenho da pesquisa visa, em um primeiro momento, verificar a existência de uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis e, em um segundo momento, analisar se a intensidade (ou nível) da educação financeira afeta a probabilidade de poupar.

3.1 Estratégia econométrica

A natureza da variável dependente, a decisão de aderir ou não a um plano de previdência complementar, é binária. Modelos de escolha discreta, como o Probit, são os mais adequados para analisar esse tipo de decisão, pois estimam a probabilidade de ocorrência de um evento em função de um conjunto de variáveis explicativas (CAMERON; TRIVEDI, 2005).

O primeiro passo da análise consiste em estimar um modelo Probit simples para capturar a relação entre possuir conhecimento financeiro e a decisão de poupar em um regime de previdência complementar. O objetivo inicial é testar se os pressupostos da Hipótese do Ciclo de Vida (HCV) se aplicam empiricamente aos jovens trabalhadores brasileiros. A essência dessa teoria preconiza que os indivíduos buscam a suavização do consumo ao longo do tempo, acumulando recursos em sua idade produtiva para sustentar o padrão de vida na aposentadoria. Sob essa ótica de planejamento intertemporal, postula-se que o incremento no letramento financeiro eleva a taxa de poupança dos jovens.

Em termos econométricos, postula-se que o coeficiente associado à variável de educação financeira (seja estatisticamente significativa e apresente sinal positivo (indicando que o

incremento no letramento financeiro eleva a probabilidade de adesão ao sistema previdenciário complementar, mantendo os demais fatores constantes.

A estrutura do modelo baseia-se em uma variável latente não observável que representa a propensão líquida do indivíduo em aderir a um plano de previdência. Essa propensão é função da educação financeira e de um vetor de características socioeconômicas (WOOLDRIDGE, 2010; SILVA, 2023).

A equação da variável latente é definida como:

$$y_i^* = \beta_0 + \beta_1 EducFin_i + \mathbf{X}_i\gamma + \varepsilon_i \quad (3.1)$$

Onde, y_i^* é a propensão latente a poupar em previdência complementar do indivíduo i , é a variável de interesse, uma dummy que assume valor 1 se o indivíduo i possui educação financeira e 0 caso contrário, $\mathbf{X}_i$ é um vetor de variáveis de controle que, com base no referencial teórico, influenciam a decisão de poupança. Este vetor inclui: renda, idade, gênero, nível de escolaridade formal, entre outros, γ é o vetor de coeficientes associados às variáveis de controle e ε_i é o termo de erro, que se assume seguir uma distribuição normal padrão, $\sim N(0,1)$.

O que se observa na prática é a decisão binária :

$$y_i = \begin{cases} 1, & \text{se } y_i^* > 0; \\ 0, & \text{caso contrário.} \end{cases} \quad (3.2)$$

A probabilidade de um indivíduo possuir um plano de previdência é:

$$P(y_i = 1 \mid EducFin_i, \mathbf{X}_i) = \Phi(\beta_0 + \beta_1 EducFin_i + \mathbf{X}_i\gamma) \quad (3.3)$$

Onde Φ é a Função de Distribuição Acumulada (FDA) da normal padrão. A análise se concentrará no sinal, magnitude e significância estatística do coeficiente β_1 . Espera-se $\beta_1 > 0$, indicando que a educação financeira aumenta a probabilidade de um jovem possuir um plano de previdência complementar.

Ao estimar o modelo completo incluindo o vetor de controles, promove-se uma flexibilização deliberada da hipótese de racionalidade pura da HCV. Admite-se, por conseguinte, que os indivíduos reais colocam restrições materiais e demográficas como determinantes cruciais na decisão de poupar. Sob essa perspectiva expandida, a seara da discussão se desloca em direção aos elementos da teoria comportamental. Investiga-se se fatores estruturais (como limitações orçamentárias no início da carreira ou diferenças educacionais) mitigam ou condicionam a capacidade do jovem de converter conhecimento financeiro em ações práticas de longo prazo. Complementarmente, os efeitos marginais foram calculados com o intuito de quantificar a variação real e percentual gerada no comportamento de adesão previdenciária.

3.2 Modelo 2: probit multinomial

Para aprofundar a análise sobre os determinantes da escolha do jovem poupador, o estudo emprega um modelo Probit multinomial. Esta abordagem econométrica está fundamentada na Teoria da Utilidade Aleatória (Random Utility Theory), um marco teórico desenvolvido por McFadden (1974), e é frequentemente utilizada para analisar decisões de escolha discreta. O modelo mostra-se adequado quando um agente econômico deve selecionar uma entre várias alternativas que são mutuamente exclusivas e nominais, ou seja, que não possuem uma hierarquia ou ordem natural predefinida (TRAIN, 2009; WOOLDRIDGE, 2010).

O postulado central é que cada indivíduo associa um nível de utilidade latente a cada alternativa de poupança e, racionalmente, escolhe a opção que maximiza sua satisfação ou bem-estar. Uma vantagem técnica do Probit multinomial sobre seu análogo, o Logit Multinomial, é a sua maior flexibilidade, pois ao assumir que os termos de erro seguem uma distribuição normal multivariada, ele permite que as preferências não observadas por diferentes alternativas sejam correlacionadas (GREENE, 2018). O modelo permite investigar como a educação financeira influencia a probabilidade de um jovem optar por uma das três estratégias de alocação de recursos.

Neste modelo, a variável dependente representará a escolha de poupança do indivíduo entre $Z = 3$ alternativas mutuamente exclusivas:

$$Z_i \in \{0, 1, 2\}, \quad 0 = \text{não poupa}, \quad 1 = \text{poupa sem previdência}, \quad 2 = \text{poupa com previdência}. \quad (3.4)$$

O modelo assume que cada indivíduo escolhe a alternativa que lhe proporciona a maior utilidade. A utilidade da escolha Z para o indivíduo i é dada por:

$$U_{iz} = \mathbf{X}_i \beta_z + \varepsilon_{iz} \quad (3.5)$$

Onde $\mathbf{X}_i$ é o vetor de variáveis explicativas (incluindo a dummy EducFin e os controles), β_z é um vetor de coeficientes específico para a alternativa Z , e ε_{iz} é o termo de erro. O Probit multinomial assume que os termos de erro seguem uma distribuição normal multivariada.

Para identificação do modelo, uma das categorias é definida como base de comparação (neste caso, $j = 0$, "Não poupa"). O modelo estimou os coeficientes para as outras categorias em relação a esta base. A probabilidade de o indivíduo escolher a alternativa Z é a probabilidade de que a utilidade dessa alternativa seja maior que a utilidade de todas as outras:

$$P(Z_i = z) = P(U_{iz} > U_{ij}), \quad \forall j \neq z. \quad (3.6)$$

A análise se concentrará em verificar como a educação financeira ($\text{EducFin} = 1$) afeta a probabilidade de escolha das categorias "Poupa, mas não em previdência" e "Poupa em previdência complementar", ambas em relação à categoria base "Não poupa". A interpretação dos resultados foi feita por meio dos efeitos marginais, que quantificam a associação entre o

nível de educação financeira e a probabilidade de escolha de cada categoria. O objetivo foi verificar se a educação financeira está associada à maior probabilidade de escolha das categorias "Não poupa" para as categorias de poupadores e, especificamente, se aumenta a probabilidade de escolha da previdência complementar.

3.3 Dados e definição das variáveis

Para a estimação dos modelos econométricos propostos, foram utilizados os microdados da 8ª edição da pesquisa "Raio X do Investidor Brasileiro", realizada no final de 2024 em uma parceria entre a ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e o Instituto Datafolha. Dessa forma, o período de análise desta pesquisa corresponde ao ano de 2024.

Esta base de dados é de abrangência nacional, com uma amostra composta de 5.846 entrevistas representativas da população brasileira de 16 anos ou mais, de todas as classes sociais e regiões do país, garantindo um nível de confiança de 95% e uma margem de erro máxima de um ponto percentual. O estudo contém informações detalhadas sobre o comportamento, conhecimento e atitudes financeiras, além de um perfil socioeconômico e demográfico completo dos entrevistados, o que permite sua utilização para os objetivos deste estudo.

A credibilidade e adequação da base de dados para análises econométricas são corroboradas por estudos acadêmicos que utilizaram edições anteriores da mesma pesquisa, empregando modelos de probabilidade como Probit e Logit (SILVA, 2023), para investigar os determinantes do comportamento do investidor no Brasil. Desta forma, embora esta pesquisa utilize os microdados da edição de 2024, a literatura existente apresenta a consistência metodológica e a relevância dessa base para estudos sobre comportamento financeiro.

O questionário da pesquisa é estruturado em blocos temáticos que abrangem características sociodemográficas dos participantes, comportamento financeiro, hábitos de investimento, conhecimento sobre produtos financeiros, percepção de risco e planejamento financeiro. Essas informações permitem identificar o perfil dos indivíduos e construir variáveis relacionadas à educação financeira e às decisões de investimento.

Para os objetivos desta pesquisa, foram utilizadas principalmente as questões referentes ao conhecimento de produtos e instituições financeiras, capacidade de poupança, posse de previdência complementar e características socioeconômicas dos respondentes.

A base de dados original é composta por uma amostra representativa da população brasileira. Para atender ao escopo desta pesquisa, foi aplicado um filtro para selecionar apenas os respondentes que se enquadram no público-alvo: jovens trabalhadores com idade entre 18 e 35 anos. Esta delimitação amostral permite focar a análise na fase do ciclo de vida em que as primeiras grandes decisões de acumulação de patrimônio para o longo prazo são tomadas.

A partir do questionário da pesquisa, as variáveis para os modelos Probit simples e Probit multinomial foram construídas da seguinte maneira: A variável de Previdência Complementar é um indicador dicotômico, utilizado em um Modelo Probit simples, que aponta se um indivíduo

possui ou não um plano de previdência complementar. Sua construção é direta: o valor 1 é atribuído àqueles que, ao listarem seus investimentos realizados, mencionaram a opção de "Previdência privada (PGBL, VGBL)", independentemente da ordem da menção. Para todos os outros casos, a variável assume o valor 0, indicando a ausência deste tipo de investimento.

Por sua vez, a variável de Nível de Poupança, empregada no Modelo Probit multinomial, busca capturar a escolha do indivíduo entre diferentes estratégias de poupança. A abordagem multinomial é utilizada pois as alternativas, não poupar, poupar em produtos gerais ou poupar especificamente em previdência, são tratadas como escolhas nominais distintas, sem a imposição de uma hierarquia.

Esta variável categórica é definida em três alternativas mutuamente exclusivas: A categoria 0 corresponde aos indivíduos que declararam não ter conseguido economizar ou guardar dinheiro no ano de 2024; A categoria 1 representa aqueles que afirmaram ter poupado, mas que não possuem um plano de previdência complementar; E por fim, a categoria 2 é atribuída aos indivíduos que não apenas pouparam, mas que também possuem um plano de previdência complementar, conforme indicado pela variável de Previdência complementar.

Para avaliar o nível de educação financeira dos indivíduos, foi desenvolvida uma variável proxy abrangente, o Índice de Letramento Amplo. A concepção deste índice parte de uma abordagem multifacetada, alinhada à visão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD/INFE, 2018), que define o letramento financeiro como um construto multidimensional. Assim, assume-se que um letramento sólido envolve não apenas o conhecimento de produtos, mas também a familiaridade com as instituições que viabilizam o acesso ao mercado financeiro.

A construção do índice, que opera em uma escala de 0 a 3, baseia-se na soma de pontos de três critérios distintos. Os dois primeiros pontos medem o conhecimento sobre produtos de investimento, refletindo a importância da familiaridade com as opções disponíveis no mercado, um indicador essencial do nível de educação financeira (POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015). O primeiro ponto é concedido por Conhecimento Ativo, exigindo a menção espontânea de dois ou mais investimentos, enquanto o segundo avalia a Amplitude do Conhecimento, sendo atribuído àqueles que declaram conhecer cinco ou mais produtos listados.

O terceiro ponto refere-se ao Conhecimento de Instituições, conferido aos que nomeiam espontaneamente duas ou mais instituições. Este critério é relevante, pois, conforme argumenta Huston (2010), o letramento financeiro deve ser medido pela capacidade de usar o conhecimento de forma eficaz. Ao verificar se o indivíduo sabe "onde" aplicar seus recursos, o índice avança para além do conhecimento teórico, capturando um proxy da sua aplicabilidade prática.

Com base nesse índice, foi construída a variável de interesse principal, Educação Financeira, representada por uma variável dicotômica (dummy). Conforme Lusardi e Mitchell (2014), esse tipo de classificação é amplamente utilizado em estudos sobre letramento financeiro. A variável de educação financeira assume o valor 1 para respondentes com dois ou mais pontos, sinalizando um maior nível de letramento financeiro segundo o critério estabelecido, e 0 para os

demais, permitindo distinguir analiticamente os indivíduos que mostram um entendimento mais consolidado sobre o funcionamento do mercado.

Para controlar a associação entre educação financeira e os desfechos analisados, os modelos incorporaram um conjunto de variáveis de controle socioeconômicas e demográficas. A seleção dessas variáveis baseia-se em sua influência sobre as decisões de poupança e investimento, que é amplamente documentada na literatura sobre o comportamento do consumidor (BROWNING; LUSARDI, 1996).

As variáveis Renda e Idade são incluídas em linha com a Teoria do Ciclo de Vida, que postula que as decisões de poupança são uma função da posição do indivíduo em seu ciclo de vida e de sua renda (MODIGLIANI; BRUMBERG, 1954). A renda foi tratada de forma contínua, utilizando o ponto médio de cada faixa declarada, e seu logaritmo natural foi aplicado para suavizar a distribuição e permitir a interpretação dos coeficientes em termos percentuais. A idade foi medida em anos. O Gênero foi representado por uma variável dummy (1 para "Masculino", 0 para "Feminino").

Adicionalmente, outras características foram controladas por meio de conjuntos de variáveis dummy. A escolaridade foi desmembrada em categorias que representam cada nível de instrução, ensino fundamental, médio e superior, utilizando o nível mais baixo como referência. De forma semelhante, o Estado Civil e a Região geográfica foram transformados em conjuntos de variáveis dummy para capturar seus efeitos específicos.

A inclusão deste conjunto de variáveis de controle é uma estratégia metodológica utilizada em estudos sobre letramento financeiro, pois permite dissociar a relação entre educação financeira de outros fatores que podem influenciar o planejamento para a aposentadoria (LUSARDI; MITCHELL, 2011). Essa abordagem contribuiu para a análise da relação entre a educação financeira e a adesão a planos de previdência complementar entre os jovens brasileiros.

Para tornar mais clara a operacionalização empírica da pesquisa, o Quadro 1 sintetiza as principais variáveis utilizadas nos modelos, destacando sua função analítica, sua descrição e a forma de mensuração adotada. Essa sistematização permite visualizar como os conceitos discutidos no referencial teórico foram transformados em indicadores observáveis na base de dados.

A partir dessa definição das variáveis e da estratégia de estimação, a etapa seguinte consiste em examinar os padrões observados na amostra e os resultados dos modelos econométricos. Assim, a seção de resultados inicia-se pela caracterização sociodemográfica dos jovens trabalhadores analisados, avançando posteriormente para a interpretação dos efeitos estimados sobre poupança, investimento e previdência complementar.

Quadro 1: Resumo das variáveis do estudo

Variável	Descrição	Mensuração/codificação
Previdência complementar	Variável dependente do modelo Probit simples, referente à posse de plano de previdência privada.	Dummy: 1 para indivíduos que declararam possuir previdência privada (PGBL/VGBL) e 0 para os demais.
Nível de poupança	Variável dependente do modelo Probit multinomial, utilizada para diferenciar estratégias de poupança e investimento.	Categórica: 0 = não poupou em 2024; 1 = poupou, mas não possui previdência complementar; 2 = poupou e possui previdência complementar.
Índice de letramento amplo	Indicador construído a partir do conhecimento sobre produtos financeiros, instituições financeiras e funcionamento do mercado.	Escala de 0 a 3 pontos, obtida pela soma dos critérios de conhecimento financeiro observados no questionário.
Educação financeira	Variável explicativa principal, derivada do índice de letramento amplo.	Dummy: 1 para respondentes com dois ou mais pontos no índice de letramento amplo e 0 para os demais.
Renda	Controle socioeconômico associado à capacidade de poupança e investimento.	Faixas de renda familiar mensal, tratadas por classes econômicas e utilizadas nos modelos por meio de variáveis indicadoras.
Idade	Controle demográfico relacionado à posição do indivíduo no ciclo de vida.	Variável contínua, medida em anos, considerando jovens trabalhadores de 18 a 35 anos.
Gênero	Controle demográfico utilizado para captar diferenças associadas ao comportamento financeiro.	Dummy: 1 para masculino e 0 para feminino.
Escolaridade	Controle socioeconômico relacionado ao capital humano dos respondentes.	Dummies para os níveis de instrução, com agrupamento entre até ensino médio e ensino superior incompleto ou completo.
Região	Controle territorial utilizado para captar heterogeneidades regionais.	Dummies para Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da pesquisa Datafolha.

4 Resultados e discussão

Esta seção apresenta a análise empírica dos dados extraídos da pesquisa Datafolha, com base na metodologia proposta, tendo como foco testar a hipótese de que a educação financeira está associada positivamente à alocação de recursos em previdência complementar por jovens trabalhadores de 18 a 35 anos. A discussão dos achados estatísticos mantém relação direta com o referencial teórico, contrastando os pressupostos da Hipótese do Ciclo de Vida (HCV) com as contribuições da literatura de finanças comportamentais.

4.1 Estatísticas descritivas e perfil da amostra

Após o tratamento dos microdados, a amostra final consolidou-se em 2.040 observações válidas de jovens entre 18 e 35 anos. O perfil demográfico da amostra (Tabela 1) apresenta características semelhantes às observadas na população brasileira, considerando aspectos regionais,

de renda e educacionais que caracterizam o mercado de trabalho brasileiro.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico da amostra

Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Faixa etária (média: 26,5 anos; DP: 5,2)		
18 a 24 anos	774	37,9
25 a 29 anos	620	30,4
30 a 35 anos	646	31,7
Gênero		
Masculino	1.028	50,4
Feminino	1.012	49,6
Faixa de renda familiar mensal		
Classe E	850	41,7
Classe D	613	30,0
Classe C	544	26,7
Classe AB	33	1,6
Escolaridade		
Até o ensino médio	1.478	72,5
Ensino superior incompleto ou completo	562	27,5
Região		
Sudeste	849	41,6
Sul	301	14,8
Nordeste	545	26,7
Centro-Oeste	166	8,1
Norte	179	8,8

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da pesquisa Datafolha.

Nota: faixas de renda definidas conforme critérios da FGV Social. O agrupamento estrutural foi aplicado para mitigar problemas de separação quase perfeita nos modelos econométricos.

A amostra analisada apresenta idade média de 26,5 anos ($DP = 5,2$), com distribuição próxima entre os gêneros, sendo 50,4% dos participantes do sexo masculino e 49,6% do sexo feminino. Em relação ao perfil socioeconômico, nota-se maior proporção de indivíduos nas faixas de menor renda familiar mensal, com 41,7% pertencentes à Classe E e 30,0% à Classe D, totalizando 71,7% da amostra com renda familiar mensal enquadrada nessas categorias. Em contrapartida, 1,6% dos participantes encontram-se na Classe AB, representando uma parcela reduzida da amostra analisada.

Quanto ao nível educacional, verifica-se que 72,5% dos respondentes possuem como escolaridade máxima o Ensino Médio, enquanto 27,5% apresentam formação no Ensino Superior (incompleto ou completo). A distribuição regional indica maiores proporções entre os participantes das regiões Sudeste (41,6%) e Nordeste (26,7%), seguidas pelas regiões Sul (14,8%), Norte (8,8%) e Centro-Oeste (8,1%).

A caracterização da amostra indica a predominância de jovens inseridos em contextos de renda familiar mais restrita e com menor nível de escolarização formal. Essas características são relevantes para a análise dos comportamentos financeiros investigados, uma vez que condições socioeconômicas podem influenciar o acesso a instrumentos financeiros, a capacidade de

formação de reservas e as decisões relacionadas à poupança.

Sob a perspectiva da Hipótese do Ciclo de Vida, proposta por Modigliani e Brumberg (1954), o comportamento de poupança está relacionado à capacidade dos indivíduos de ajustar consumo e acumulação de recursos ao longo das diferentes fases da vida. Entretanto, esse processo depende das condições econômicas enfrentadas pelos indivíduos, especialmente da disponibilidade de renda excedente após o atendimento das necessidades correntes. Assim, o perfil observado na amostra fornece um contexto importante para a interpretação dos resultados sobre comportamento financeiro e formação de poupança entre os jovens analisados.

O contraste entre poupança e previdência ressalta que a acumulação de recursos no curto prazo não necessariamente se traduz em planejamento financeiro de longo prazo. A fim de compreender o comportamento financeiro básico da amostra antes das regressões, analisou-se a capacidade de poupança em contraste com a posse de produtos de longo prazo, como visto na Tabela 2.

Tabela 2 – Indicadores de comportamento financeiro e previdência

Indicador	Frequência (n)	Percentual (%)
Conseguiu poupar dinheiro em 2024?		
Sim	436	21,4
Não	1.604	78,6
Possui previdência complementar privada?		
Sim	46	2,3
Não	1.994	97,7

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da pesquisa Datafolha.

Nota: a variável previdência refere-se à posse de plano privado (PGBL/VGBL).

A análise descritiva apresenta diferenças entre a capacidade de poupança e a adesão à previdência complementar na amostra. Verifica-se que 21,4% da juventude representada na amostra conseguiu poupar algum recurso em 2024, indicando que a capacidade de acumulação financeira ocorre de forma distinta do planejamento de longo prazo, uma vez que 2,3% dos entrevistados possuem um plano de previdência complementar.

A diferença observada entre a proporção de jovens que declararam possuir algum tipo de poupança e aqueles que possuem previdência complementar pode ser analisada a partir da distribuição desse instrumento entre as diferentes faixas de renda. O cruzamento apresentado na Tabela 3 indica uma associação positiva entre renda e participação em planos de previdência complementar. Entre os jovens pertencentes à Classe E, apenas 0,9% possuem previdência complementar, enquanto essa proporção aumenta gradativamente nas faixas superiores, alcançando 12,1% entre os indivíduos classificados na Classe AB.

Tabela 3 – Posse de previdência complementar por faixa de renda

Faixa de renda	Total de jovens	Têm previdência (n)	Dentro da faixa (%)
Classe E	850	8	0,9
Classe D	613	8	1,3
Classe C	544	26	4,8
Classe AB	33	4	12,1

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da pesquisa Datafolha.

Os dados reforçam que a previdência complementar se concentra nos estratos de renda mais elevada. A diferença observada entre os extremos da distribuição, de 0,9% na Classe E para 12,1% na Classe AB, aponta que fatores associados às condições econômicas podem desempenhar papel relevante na capacidade dos indivíduos de direcionar recursos para instrumentos financeiros de longo prazo. Entretanto, essa relação foi analisada de forma mais aprofundada nos modelos econométricos, que permitiram avaliar a influência da renda e de outras características individuais sobre a posse de previdência complementar.

4.2 A ilusão da previdência: o peso da renda sobre o longo prazo

A hipótese principal deste trabalho pressupunha que jovens detentores de maior educação financeira teriam maior propensão a investir em previdência complementar, mitigando o viés temporal previsto na literatura. Para verificar essa relação, estimou-se um modelo Probit tendo como variável dependente a posse de previdência complementar. Os resultados apresentados na Tabela 4 permitem avaliar, de forma conjunta, o papel da educação financeira e de características socioeconômicas, como renda, escolaridade, idade e gênero, na probabilidade de adesão a esse tipo de produto financeiro.

Os efeitos marginais médios estimados indicam que a educação financeira esteve associada a um acréscimo de aproximadamente 0,20 ponto percentual na probabilidade estimada de adesão à previdência complementar, mantendo-se constantes as demais variáveis do modelo. Entretanto, esse efeito não apresentou significância estatística, indicando que, nesta amostra, não foram identificadas evidências de associação entre educação financeira e a probabilidade de possuir previdência complementar.

Em contraste, algumas variáveis socioeconômicas apresentaram associações estatisticamente significativas com a adesão à previdência complementar. A variável de renda demonstrou relação positiva e crescente com a probabilidade de participação. Em comparação aos indivíduos pertencentes à Classe E (categoria de referência), aqueles classificados na Classe C apresentaram aumento médio estimado de aproximadamente 2,5 pontos percentuais na probabilidade de possuir previdência privada, sendo esse efeito estatisticamente significativo ao nível de 99%. Já os indivíduos da Classe AB apresentaram um aumento médio de 7,9 pontos percentuais, significativo ao nível de 90%, verifica-se que a participação em planos previdenciários tende a ser mais elevada entre os grupos de maior renda.

Tabela 4 – Determinantes da posse de previdência complementar (modelo Probit)

Variável	Coefficiente	AME
Educação financeira	0,045 (0,150)	0,002 (0,007)
Idade	0,013 (0,013)	0,001 (0,001)
Mulher	-0,149 (0,138)	-0,007 (0,007)
Renda: D (ref.: E)	0,057 (0,194)	0,002 (0,006)
Renda: C (ref.: E)	0,485*** (0,176)	0,025*** (0,009)
Renda: AB (ref.: E)	0,948*** (0,325)	0,079* (0,047)
Escolaridade: superior (ref.: até médio)	0,437*** (0,138)	0,024*** (0,009)
Constante	-2,724*** (0,387)	– –
Observações	2.040	–
Log-verossimilhança	-198,600	–
AIC	413,199	–

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da pesquisa Datafolha. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

De forma semelhante, a escolaridade superior apresentou associação positiva e estatisticamente significativa ao nível de 99%, com efeito marginal médio de aproximadamente 2,4 pontos percentuais em comparação aos indivíduos com escolaridade até o Ensino Médio. Esse resultado pode refletir o fato de que níveis mais elevados de formação educacional estejam associados a uma maior probabilidade de adesão à previdência complementar, possivelmente em razão do maior acesso à informação financeira, de melhores condições de renda e de maior inserção em mercados de trabalho que oferecem esse tipo de benefício.

Observa-se também que fatores estruturais, especialmente renda e escolaridade, apresentaram maior associação com a adesão à previdência complementar do que a educação financeira. Tal evidência pode refletir o fato de que o conhecimento financeiro, quando considerado isoladamente, pode não ser suficiente para promover decisões de planejamento previdenciário entre jovens que enfrentam restrições econômicas.

Essa interpretação dialoga com a Hipótese do Ciclo de Vida, formulada por Modigliani e Brumberg (1954), segundo a qual as decisões de consumo e poupança dependem da trajetória de renda esperada e da capacidade dos indivíduos de acumular recursos ao longo do tempo. Nesse sentido, a participação em instrumentos previdenciários pode depender não apenas da percepção de sua importância, mas também da existência de recursos disponíveis após o atendimento das necessidades correntes.

4.3 Impactos da educação financeira sobre o comportamento de curto prazo

O Modelo 3 (Tabela 5) testa a capacidade do jovem ter conseguido poupar alguma quantia durante o ano corrente. Neste cenário de curto prazo, a Educação Financeira apresentou efeito positivo e estatisticamente significativo.

A análise dos efeitos marginais do modelo probit para a capacidade de poupança no curto prazo indica que a educação financeira apresenta associação positiva e estatisticamente significativa com a probabilidade do jovem ter conseguido poupar em 2024. O efeito marginal médio estimado foi de 0,045, indicando que um aumento de uma unidade no indicador de educação financeira está associado a um aumento médio aproximado de 4,5 pontos percentuais na probabilidade de realização de poupança, mantendo as demais características individuais constantes.

Tabela 5 – Modelos comportamentais e engajamento financeiro ativo (modelos Probit)

Variável	M3: poupança	M4: investidor	M5: investidor	AME M3	AME M4	AME M5
Educação financeira	0,165** (0,070)	-0,045 (0,060)	0,089 (0,085)	0,045** (0,019)	-0,017 (0,023)	-0,015 (0,023)
Idade	-0,033*** (0,006)	0,0003 (0,006)	0,00005 (0,006)	-0,009*** (0,002)	0,000 (0,002)	0,000 (0,002)
Mulher	-0,220*** (0,066)	-0,184*** (0,058)	-0,027 (0,092)	-0,061*** (0,018)	-0,071*** (0,022)	-0,071*** (0,022)
Renda: D (ref.: E)	0,298*** (0,079)	0,065 (0,068)	0,065 (0,068)	0,078*** (0,021)	0,025 (0,027)	0,025 (0,027)
Renda: C (ref.: E)	0,477*** (0,085)	0,346*** (0,076)	0,342*** (0,076)	0,134*** (0,024)	0,134*** (0,029)	0,132*** (0,029)
Renda: AB (ref.: E)	0,907*** (0,231)	0,654*** (0,249)	0,640*** (0,249)	0,289*** (0,087)	0,243*** (0,083)	0,238*** (0,083)
Escolaridade: superior (ref.: até médio)	0,110 (0,073)	0,461*** (0,067)	0,467*** (0,067)	0,031 (0,021)	0,177*** (0,025)	0,179*** (0,025)
Educação financeira × mulher	— —	— —	-0,259** (0,117)	— —	— —	— —
Constante	-0,207 (0,174)	-0,079 (0,153)	-0,157 (0,157)	— —	— —	— —
Observações	2.040	2.040	2.040	2.040	2.040	2.040
Log-verossimilhança	-1.007,453	-1.355,908	-1.353,438	—	—	—
AIC	2.030,907	2.727,817	2.724,876	—	—	—

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da pesquisa Datafolha. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

O Modelo 3 diferencia-se do observado no modelo de adesão à previdência privada, no qual a educação financeira não apresentou associação estatisticamente significativa. A evidência encontrada sugere que o conhecimento financeiro pode estar mais relacionado a comportamentos financeiros de curto prazo, como a capacidade de reservar recursos do que necessariamente à decisão de direcionar esses recursos para produtos de planejamento financeiro de longo prazo. Assim, a educação financeira parece apresentar maior proximidade com práticas imediatas de organização financeira, enquanto decisões previdenciárias permanecem condicionadas a fatores adicionais, como renda disponível e estabilidade econômica.

Além da educação financeira, as variáveis socioeconômicas apresentaram associações relevantes com a probabilidade de poupar. No modelo referente à decisão de possuir poupança

(Modelo 3), a educação financeira apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo, com efeito marginal médio de aproximadamente 4,5 pontos percentuais, indicando que maiores níveis de conhecimento financeiro estão associados a maior probabilidade estimada de realização de poupança.

As variáveis relacionadas à renda também apresentaram associação positiva com o comportamento de poupança. Em comparação aos indivíduos pertencentes à Classe E (categoria de referência), os indivíduos classificados na Classe C apresentaram aumento estimado de aproximadamente 4,1 pontos percentuais na probabilidade de poupar, enquanto aqueles pertencentes à Classe AB apresentaram aumento de cerca de 7,8 pontos percentuais, indicando que a capacidade econômica é um fator relevante para a formação de reservas financeiras, uma vez que níveis mais elevados de renda estão associados a uma maior probabilidade de acumulação de recursos.

A variável gênero apresentou efeito negativo e estatisticamente significativo, indicando que mulheres apresentaram menor probabilidade estimada de possuir poupança em comparação aos homens, com redução média de aproximadamente 6,2 pontos percentuais, mantendo constantes as demais variáveis do modelo, reportando as diferenças associadas ao comportamento financeiro entre os grupos analisados, embora sua interpretação deva considerar fatores econômicos e sociais que podem não estar integralmente capturados na especificação.

A idade apresentou coeficiente negativo e significativo no modelo de poupança, com efeito marginal de aproximadamente -0,5 ponto percentual, sugerindo que, dentro da amostra analisada, o aumento da idade está associado a uma menor probabilidade estimada de possuir poupança, embora essa relação deva ser interpretada com cautela, considerando que características específicas da fase de vida, inserção profissional e condições econômicas podem influenciar esse comportamento.

Nos modelos relacionados ao investimento em ativos financeiros (Modelo 4) e à interação entre educação financeira e investimento (Modelo 5), verifica-se que a educação financeira isoladamente não apresentou associação estatisticamente significativa com a posse de investimentos. Em contrapartida, a escolaridade superior apresentou efeito positivo e significativo, com aumento estimado de aproximadamente 4,6 pontos percentuais na probabilidade de investir, enquanto os grupos de maior renda também apresentaram maior probabilidade de participação nesses produtos.

No modelo referente à poupança de curto prazo, a educação financeira apresenta associação, enquanto decisões financeiras relacionadas a investimentos e previdência parecem mostrar maior dependência de características estruturais, especialmente renda e escolaridade. Assim, indica-se que a educação financeira é um elemento associado ao comportamento financeiro, mas sua influência ocorre em conjunto com condições socioeconômicas que afetam a capacidade de direcionamento de recursos para diferentes modalidades de acumulação.

Assim, permite-se identificar uma distinção entre duas dimensões do comportamento financeiro: enquanto a educação financeira apresenta relação com a formação de poupança no curto prazo, sua influência sobre decisões de longo prazo, como previdência complementar e

investimentos, parece depender de fatores estruturais, especialmente renda e escolaridade. Essa evidência reforça a necessidade de analisar a educação financeira não como único determinante do comportamento financeiro, mas como um elemento inserido em um conjunto mais amplo de condições econômicas e sociais. O Modelo Multinomial (Tabela 6) aprofunda esta dinâmica ao avaliar o "Perfil do Jovem Investidor", utilizando os que "Não Investem" como categoria de referência.

Tabela 6 – Escolhas de investimento dos jovens (modelo Probit multinomial)

Variável	Poupança	Previdência	Outros invest.	AME poupança	AME previdência	AME outros
Educação financeira	0,470*** (0,150)	0,094 (0,371)	-0,308*** (0,107)	0,070*** (0,016)	0,003 (0,007)	-0,091*** (0,022)
Idade	0,052*** (0,013)	0,032 (0,033)	-0,024** (0,010)	0,008*** (0,002)	0,001 (0,001)	-0,008*** (0,002)
Mulher	0,189 (0,139)	-0,511 (0,328)	-0,499*** (0,105)	0,051*** (0,016)	-0,007 (0,007)	-0,114*** (0,021)
Renda: D (ref.: E)	0,065 (0,164)	0,174 (0,512)	0,124 (0,123)	0,002 (0,019)	0,001 (0,006)	0,023 (0,025)
Renda: C (ref.: E)	0,533*** (0,175)	1,466*** (0,445)	0,521*** (0,137)	0,036* (0,022)	0,025*** (0,009)	0,073*** (0,028)
Renda: AB (ref.: E)	-12,393*** (0,000)	2,674*** (0,743)	1,400*** (0,434)	-0,148*** (0,013)	0,073* (0,042)	0,321*** (0,087)
Escolaridade: superior (ref.: até médio)	0,702*** (0,151)	1,472*** (0,330)	0,716*** (0,121)	0,046** (0,019)	0,025*** (0,019)	0,105*** (0,025)
Constante	-3,295*** (0,389)	-5,001*** (0,961)	0,351 (0,274)	– –	– –	– –
AIC	–	4.275,412	–	–	–	–

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da pesquisa Datafolha. Categoria de referência: não investe. Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

O modelo multinomial (Tabela 6) permite analisar os fatores associados às diferentes escolhas de aplicação financeira dos jovens, tendo como categoria de referência os indivíduos que não investem. Dessa forma, as probabilidades estimadas para as categorias poupança, previdência complementar e outros investimentos são interpretadas em comparação com os jovens que não realizam investimentos. De modo geral, verifica-se que a educação financeira apresenta associações distintas conforme o tipo de ativo considerado, indicando que seu efeito não é uniforme entre as modalidades de aplicação financeira.

Na categoria de poupança, a educação financeira apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo (0,470), sugerindo que maiores níveis de conhecimento financeiro estão associados a uma maior probabilidade relativa de escolha dessa modalidade em comparação com os indivíduos que não investem, reforçando a relação entre educação financeira e decisões financeiras de menor complexidade, caracterizadas pela formação de reservas e pela maior acessibilidade aos indivíduos.

Em contrapartida, para modalidades de aplicação financeira distintas da poupança, como previdência complementar e outros investimentos (ex.: ações, criptomoedas e demais ativos), a variável de educação financeira não apresentou associação positiva estatisticamente significativa. No caso de outros investimentos, nota-se um coeficiente negativo e estatisticamente significativo (-0,308), indicando que, controladas as demais características do modelo, jovens com maior nível de educação financeira apresentaram menor probabilidade de optar por essa modalidade

de investimento, em comparação com os indivíduos que não investem, podendo assim, estar relacionado ao fato de que indivíduos com maior conhecimento financeiro tendem a avaliar de forma mais criteriosa os riscos envolvidos em investimentos de maior volatilidade, tornando-se menos propensos a escolher esse tipo de aplicação.

As variáveis socioeconômicas exerceram influência sobre a composição das escolhas financeiras. Em relação à renda, os indivíduos classificados na Classe C apresentaram maiores coeficientes estimados para a escolha da previdência complementar (1,466) e de outros investimentos (0,521), em comparação aos pertencentes à Classe E. Entre os indivíduos da Classe AB, esses coeficientes foram ainda mais elevados para a previdência complementar (2,674) e para outros investimentos (1,400), indicando que níveis mais elevados de renda estão associados à maior participação nessas modalidades de investimento. Essa dinâmica pode ser explicada pelo fato de que o aumento da renda amplia a disponibilidade de recursos após o atendimento das despesas correntes, favorecendo a formação de reservas financeiras e a alocação de recursos em investimentos de longo prazo.

As estimativas obtidas mostram que a educação financeira esteve associada principalmente à adoção de estratégias mais conservadoras de investimento. O efeito marginal estimado indica aumento de aproximadamente 7,0 pontos percentuais na probabilidade do jovem optar pela poupança em relação à condição de não investir. Em contrapartida, não foram encontradas evidências de associação estatisticamente significativa entre educação financeira e a probabilidade de adesão à previdência complementar ($AME = 0,003$). Também foi identificada uma redução de 9,1 pontos percentuais na probabilidade de escolha da categoria "outros investimentos", que inclui aplicações como criptomoedas, apostas e outros ativos de maior volatilidade, apontando que, nesta amostra, a educação financeira esteve mais relacionada à adoção de estratégias voltadas à preservação de recursos do que à escolha de modalidades de investimento de longo prazo.

A renda apresentou associação às modalidades de investimento, em comparação aos indivíduos pertencentes à Classe E, os jovens classificados na Classe C apresentaram aumento de 2,5 pontos percentuais na probabilidade de adesão à previdência complementar e de 7,3 pontos percentuais na probabilidade de escolha da categoria outros investimentos. Entre os indivíduos pertencentes à Classe AB, observou-se redução de 14,8 pontos percentuais na probabilidade de utilização da poupança, acompanhada por aumentos de 7,3 pontos percentuais na probabilidade de adesão à previdência complementar e de 32,1 pontos percentuais na probabilidade de escolha da categoria outros investimentos. Esse padrão é compatível com a literatura, que identifica a renda como um dos principais fatores associados ao acesso e à diversificação das aplicações financeiras, uma vez que níveis mais elevados de renda ampliam a disponibilidade de recursos para investimentos após o atendimento das necessidades de consumo.

A escolaridade também apresentou associação positiva com as probabilidades estimadas. Em relação aos indivíduos com escolaridade até o Ensino Médio, aqueles com Ensino Superior apresentaram aumento de 4,6 pontos percentuais na probabilidade de escolha da poupança, de 2,5 pontos percentuais na probabilidade de adesão à previdência complementar e de 10,5 pontos

percentuais na probabilidade de escolha da categoria outros investimentos. Indicando que níveis mais elevados de escolaridade estão associados à maior participação nas diferentes modalidades de investimento consideradas pelo modelo. Estando em consonância com estudos que apontam a escolaridade como fator relacionado ao acesso à informação financeira, à compreensão dos produtos disponíveis e à maior participação no mercado financeiro.

Quanto ao gênero, os efeitos marginais indicam diferenças nas probabilidades de escolha entre homens e mulheres. As mulheres apresentaram probabilidade 5,1 pontos percentuais maior de optar pela poupança e 11,4 pontos percentuais menor de escolher a categoria outros investimentos, em comparação aos homens. Estudos de finanças comportamentais frequentemente apontam maior aversão ao risco entre mulheres, indo de acordo aos achados encontrados nesta pesquisa que indicam menor probabilidade de participação em investimentos de maior volatilidade.

A idade também registrou associação com as escolhas de investimento, o aumento da idade esteve relacionado ao crescimento da probabilidade de escolha da poupança e à redução da probabilidade de escolha da categoria outros investimentos. Considerando a faixa etária analisada, esse comportamento pode indicar que, à medida que os jovens avançam em seu ciclo de vida, há maior preferência por modalidades de investimento caracterizadas por menor exposição ao risco e maior liquidez.

Os resultados do modelo multinomial mostram que os fatores analisados não influenciam todas as modalidades de investimento da mesma maneira. Enquanto a educação financeira apresentou associação principalmente com a adoção de estratégias conservadoras de poupança e com a redução da participação em aplicações de maior volatilidade, renda e escolaridade mostraram relações mais consistentes com a participação em modalidades de investimento de longo prazo, incluindo a previdência complementar. Esses achados reforçam a perspectiva apresentada pela literatura de Economia Comportamental e Finanças Pessoais, segundo a qual as decisões de investimento resultam da interação entre conhecimento financeiro, características socioeconômicas e restrições orçamentárias enfrentadas pelos indivíduos.

Este estudo permite compreender que a influência da educação financeira sobre o comportamento financeiro dos jovens depende do tipo de decisão analisada. Embora o conhecimento financeiro esteja associado à adoção de práticas mais conservadoras, como a formação de poupança, ele não apresentou associação estatisticamente significativa com a adesão à previdência complementar. Esse achado sugere que decisões relacionadas ao planejamento financeiro de longo prazo não dependem apenas do conhecimento sobre finanças, mas também das condições socioeconômicas dos indivíduos. Assim, reforça-se a ideia de que a decisão de contratar previdência complementar envolve não apenas a capacidade de compreender esse instrumento financeiro, mas também a existência de condições econômicas que permitam direcionar recursos para esse tipo de investimento, aspecto compatível com a Hipótese do Ciclo de Vida discutida ao longo deste trabalho.

Assim, evidencia-se que a influência da educação financeira sobre as decisões finan-

ceiras dos jovens brasileiros ocorre de maneira distinta conforme a complexidade da decisão analisada. Enquanto o conhecimento financeiro esteve associado à formação de hábitos de poupança, não foram encontradas evidências de associação estatisticamente significativa com a adesão à previdência complementar ou com modalidades de investimento mais complexas, indicando que o desenvolvimento de competências financeiras pode favorecer comportamentos financeiros básicos, mas não elimina restrições econômicas que limitam o acesso a instrumentos de acumulação de longo prazo.

Essa dinâmica dialoga tanto com a literatura nacional quanto com a internacional. Embora estudos como Biaty e Afonso (2017) apontem que a educação financeira pode favorecer o planejamento previdenciário, na amostra analisada, renda e escolaridade apresentaram associações mais consistentes com a adesão à previdência complementar do que o nível de educação financeira.

Dessa forma, a principal contribuição deste estudo consiste em evidenciar que a educação financeira pode favorecer a adoção de práticas financeiras mais estruturadas, especialmente a formação de poupança, mas seus efeitos sobre decisões relacionadas ao planejamento previdenciário dependem da existência de condições econômicas que permitam transformar conhecimento em ação. Assim, compreender a decisão dos jovens de aderir à previdência complementar exige considerar simultaneamente o conhecimento financeiro, as condições socioeconômicas e as oportunidades concretas de acesso a instrumentos de planejamento de longo prazo.

5 Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a influência da educação financeira nas decisões de investimento de jovens trabalhadores brasileiros, com ênfase na adesão à previdência complementar. A partir da estimação de modelos econométricos de escolha discreta, buscou-se verificar se o conhecimento financeiro estaria associado a diferentes comportamentos financeiros, especialmente à formação de poupança, à realização de investimentos e à participação em planos previdenciários complementares.

Os resultados indicam que a educação financeira apresenta associação mais evidente com práticas financeiras básicas, como a formação de poupança, mas não demonstrou relação estatisticamente significativa com a adesão à previdência complementar. Desse modo, a hipótese inicial do estudo não foi corroborada para o caso específico da previdência complementar. Esse achado sugere que o conhecimento financeiro, embora relevante para a organização financeira individual, não é suficiente, isoladamente, para explicar decisões de planejamento previdenciário de longo prazo.

A análise da previdência complementar evidenciou que a participação nesse tipo de produto permanece mais associada a fatores estruturais, especialmente renda e escolaridade. Esse resultado é compatível com a perspectiva da Hipótese do Ciclo de Vida (MODIGLIANI; BRUMBERG, 1954), segundo a qual as decisões de poupança e consumo dependem da trajetória de renda e da capacidade de formação de excedentes ao longo do tempo. Assim, a adesão a

instrumentos financeiros de longo prazo parece estar relacionada não apenas à compreensão desses produtos, mas também à existência de recursos disponíveis para sua utilização.

Nesse sentido, o estudo contribui para qualificar o debate sobre educação financeira ao indicar que sua função não deve ser compreendida como um mecanismo isolado capaz de eliminar desigualdades financeiras. Embora o desenvolvimento de competências financeiras possa favorecer decisões mais conscientes, fatores como renda, escolaridade e acesso a oportunidades econômicas permanecem relevantes para explicar diferenças nos comportamentos observados.

Do ponto de vista das políticas públicas, os achados sugerem que iniciativas voltadas à ampliação da adesão dos jovens à previdência complementar devem articular ações de educação financeira com estratégias de inclusão econômica e previdenciária. A educação financeira pode contribuir para o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento financeiro, mas sua efetividade tende a ser maior quando acompanhada de condições materiais que possibilitem a aplicação prática desses conhecimentos.

A pesquisa também reforça a importância de direcionar a educação financeira para aspectos compatíveis com as necessidades dos indivíduos em diferentes contextos. Para jovens em fases iniciais de formação financeira, conteúdos relacionados ao planejamento orçamentário, ao controle de gastos, à formação de reservas e à prevenção de decisões financeiras inadequadas podem apresentar maior aplicabilidade imediata. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de conhecimentos relacionados a investimentos e planejamento previdenciário depende de condições que permitam sua utilização prática.

Apesar das contribuições apresentadas, esta pesquisa possui limitações. Primeiramente, os resultados identificam associações entre as variáveis analisadas, mas não permitem estabelecer relações causais definitivas. Embora os modelos controlem características observáveis relevantes, fatores não observados, como experiências financeiras familiares, histórico de acesso a produtos financeiros, comportamento de consumo e influência do ambiente social, podem afetar simultaneamente o conhecimento financeiro e as decisões financeiras.

Outra limitação refere-se à mensuração da educação financeira. O indicador utilizado está baseado em conhecimento declarado, podendo não capturar completamente dimensões práticas do comportamento financeiro, como a capacidade de aplicação do conhecimento em situações reais de decisão. Pesquisas futuras podem incorporar medidas comportamentais, experimentos de escolha financeira ou avaliações práticas de tomada de decisão para aprimorar a mensuração desse construto.

Como agenda para pesquisas futuras, estudos longitudinais podem contribuir para compreender como mudanças na renda, na escolaridade e na inserção profissional influenciam a evolução dos comportamentos financeiros ao longo do ciclo de vida. Abordagens experimentais também podem avaliar com maior precisão os efeitos de programas de educação financeira sobre decisões concretas de poupança, investimento e previdência. Além disso, novas investigações podem explorar de forma mais aprofundada como diferentes contextos socioeconômicos condicionam a efetividade de iniciativas de inclusão financeira.

Por fim, esta pesquisa indica que a educação financeira é um componente relevante para o desenvolvimento de comportamentos financeiros mais estruturados, mas seus efeitos dependem das condições econômicas nas quais os indivíduos estão inseridos. A formação de segurança financeira entre jovens requer uma abordagem integrada, que considere simultaneamente conhecimento, capacidade econômica e acesso a instrumentos adequados de planejamento financeiro. Assim, este trabalho contribui para ampliar a compreensão do comportamento financeiro juvenil ao deslocar a análise de uma perspectiva exclusivamente individual para uma abordagem que reconhece também os fatores estruturais envolvidos.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS (ANBIMA). **Raio X do investidor brasileiro 2024**. 8. ed. São Paulo: ANBIMA, 2024. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/pesquisas/raio-x-do-investidor.htm>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- BABIC, V.; ZARIĆ, S. Education and factors affecting the business of voluntary pension funds in Serbia. **Obrazovanje za poduzetništvo – E4E**, v. 14, n. 2, p. 8-20, 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Educação financeira**. Brasília: BCB, 2024. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Monitor de inclusão financeira**: dados de 2023. Brasília: BCB, 2023. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/inclusaofinanceira>>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- BIATY, F. P.; AFONSO, L. E. Educação financeira em entidades fechadas de previdência complementar: um estudo exploratório. In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 17., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2017. Disponível em: <<https://congressosp.fipecafi.org/anais/17UspInternational/ArtigosDownload/142.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2025.
- BRASIL. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **Relatório gerencial de previdência complementar**: dados do 2º trimestre de 2024. Brasília: Previc, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/previc/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/arquivos/rgpc_202404.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- BROWNING, M.; CROSSLEY, T. F. The life-cycle model of consumption and saving. **Journal of Economic Perspectives**, v. 15, n. 3, p. 3-22, 2001.
- BROWNING, M.; LUSARDI, A. Household saving: micro theories and micro facts. **Journal of Economic Literature**, v. 34, n. 4, p. 1797-1855, 1996.
- CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics**: methods and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- CNN BRASIL. **Aportes de brasileiros em previdência privada ultrapassam R\$ 176,5 bilhões até novembro de 2024**. CNN Brasil, São Paulo, 7 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/aportes-de-brasileiros-em-previdencia-privada-atingem-maior-patamar-desde-reforma/>>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- DEATON, A. **Franco Modigliani and the life cycle theory of consumption**. Princeton: Research Program in Development Studies, Princeton University, 2005.
- FECOMÉRCIO RN. **Pesquisa**: perfil financeiro da Geração Z. Natal: Fecomércio RN, 2023.

Disponível em: <<https://fecomerciorn.com.br/pesquisa-geracao-z-perfil-financeiro>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

FEIJÓ, J.; PERUCHETTI, P. **Performance dos jovens no mercado de trabalho**: dados do 1º trimestre de 2024 da PNAD Contínua. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 2024. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/performance_dos_jovens_no_mercado_de_trabalho_-_final.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. 8. ed. [S.l.]: Pearson, 2018.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

INFOMONEY. **Apenas 7,2% dos brasileiros possuem plano de previdência complementar**. InfoMoney, São Paulo, 27 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/apenas-72-dos-brasileiros-tem-previdencia-privada-no-pais-calcula-fenaprevi/>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

JAPPELLI, T. **The life-cycle hypothesis, fiscal policy, and social security**. Salerno: University of Salerno, 2005. (CSEF Working Paper, n. 140).

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; OUDHEUSDEN, P. van. **Financial literacy around the world: insights from the Standard & Poor's ratings services global financial literacy survey**. Washington, DC: Global Financial Literacy Excellence Center, 2015. Disponível em: <https://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/Finlit_paper_16_F2_singles.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement planning in the United States. **Journal of Pension Economics & Finance**, v. 10, n. 4, p. 509-525, 2011.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. **Financial literacy and planning**: implications for retirement wellbeing. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2011. (NBER Working Paper Series, n. 17078). Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w17078>>. Acesso em: 7 maio 2025.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. **Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

MCFADDEN, D. Conditional logit analysis of qualitative choice behavior. In: ZAREMBKA, P. (org.). **Frontiers in econometrics**. New York: Academic Press, 1974. p. 105-142.

MODIGLIANI, F.; BRUMBERG, R. Utility analysis and the consumption function: an interpretation of cross-section data. In: KURIHARA, K. K. (org.). **Post-Keynesian economics**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1954. p. 388-436.

NERI, M. **Evolução das classes econômicas brasileiras: 1976 a 2004**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2005. Disponível em: <<https://cps.fgv.br>>. Acesso em: 16 jun. 2026.

OECD/INFE. **OECD/INFE toolkit for measuring financial literacy and financial inclusion**.

Paris: OECD Publishing, 2018.

OTHMAN, M. N. A. *et al.* Factors influencing the retirement planning among private sector workers in Malaysia. **Journal of Ecohumanism**, v. 3, n. 7, p. 1141-1153, 2024.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes do letramento financeiro: uma análise na população da região Sul do Brasil. **Contemporânea – Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 24, p. 92-109, 2015.

SILVA, T. M. da. **Determinantes da participação feminina no mercado financeiro brasileiro entre 2018 e 2022**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2023.

SOUZA, L. T.; GOSMANN, M. C. **Adesão de jovens à previdência privada**: um estudo com estudantes da FCE/UFRGS sobre fatores influenciadores e barreiras. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Atuariais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/283163/001239464.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2025.

THALER, R. H.; SUNSTEIN, C. R. **Nudge**: improving decisions about health, wealth, and happiness. New Haven: Yale University Press, 2012.

TRAIN, K. E. **Discrete choice methods with simulation**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

VIEIRA, K. M.; MATHEIS, T. K.; ROSENBLUM, T. O. A. Preparação financeira para aposentadoria: análise multidimensional da percepção dos brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 34, n. 91, e1705, 2023.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ZANOTELLI, M. V. de A. **Uma análise do perfil conservador do investidor brasileiro pessoa física**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.